

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2025.

No dia 19 de agosto de 2025 reuniram-se, às 14h30min, presencialmente, na sede do IPREM, os membros do Comitê de Investimento, André Albuquerque Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo, Daniel Vieira, Diretor-Presidente do IPREM e Eugenio Mozart Silva Filho, presidente do Conselho Fiscal e Evelyn de Sousa Faria, Diretora Financeira. Os membros se reuniram para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Apresentação da empresa Criteria;**
- 2) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos;**
- 3) Apresentação das Receitas e Despesas de julho/2025;**
- 4) Apresentação do cenário econômico;**
- 5) Movimentação de recursos dos fundos do IPREM.**

Quanto ao item 1: A empresa Criteria trabalha com gestão de fundos e assessoria, e atua na gestão de fundos de investimento por meio da empresa “CFG Asset”. O sr. Bruno Britto apresentou seu trabalho no ramo de infraestrutura. Apresentou projetos na área de gestão de PPPs para serviços públicos para captação de recursos por meio de um FIP.

Quanto ao item 2: Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente a julho de 2025. A **carteira líquida** teve rentabilidade mensal positiva de R\$ 925.776,66 no percentual de 0,2%. A rentabilidade acumulada no ano é positiva em R\$ 38.037.126,80, equivalente ao percentual de 8,72%. A **carteira ilíquida** teve, no mês, rentabilidade negativa de R\$ 145.782,76, representando o percentual de -0,39%; a rentabilidade acumulada no ano é negativa de R\$ 7.806.043,99, no percentual de -17,46%. Na **carteira total**, no mês, o resultado positivo foi de R\$ 779.993,90, equivalente ao percentual de 0,15%. A rentabilidade anual é positiva em R\$ 30.231.082,81, equivalente ao percentual de 6,29%. Foi apresentada a tabela de acompanhamento da PAI. Não há nenhum desenquadramento em artigos da Resolução CMN 4.963/2021, porém há 6 fundos com o patrimônio superior ao permitido por fundo. **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

Quanto ao item 3: A Diretora de Contabilidade encaminhou as informações referentes às Receitas e Despesas de julho de 2025, que foram apresentadas conforme segue: Na competência 07/2025 podemos analisar o relatório de demonstrativo das receitas, onde as receitas totais previdenciárias somaram R\$ 9.133.581,74, sendo os principais componentes: **PMPA:** R\$ 6.659.121,00 (18000001111); **COMPREV:** R\$ 1.987.292,07 (18000000000); **CMPA:** R\$ 345.645,16 (18000001121); **IPREM:** R\$ 58.128,04 (18000001111); **Aluguel de Terreno:** R\$ 30.360,00 (18000000000); **Inativos:** R\$ 49.734,56, sendo, 34.687,28 (18000001111) e 15.047,28 (18000001121); **Pensionistas:** R\$ 360,36 (18000001111); **LSV +**

Parcelamento LSV: R\$ 2.940,55 (180000000000); Outras fontes de receita, como vencimento de NTN, resgate de fundo, outras restituições e cupons, não apresentaram valores no período. Já conforme o relatório de consolidação geral da despesa, as despesas totais previdenciárias atingiram o montante de R\$ 11.539.834,32, com destaque para: **Aposentadorias:** R\$ 10.430.530,06; **Pensões:** R\$ 1.105.792,76; **PASEP:** R\$ 3.415,96; **COMPREV:** R\$ 70,73; **Indenizações/Restituições:** R\$ 24,81; Não houve despesas com sentenças judiciais. Além disso, observa-se a composição da folha de pagamento de julho de 2025, totalizando: **Aposentadoria:** R\$ 7.021.172,55, sendo, 193.724,55 (18000001121) e 6.827.448,00 (18000001111); **Pensão:** R\$ 745.846,70 (18000001111); E a 1ª parcela do 13º salário, também registrada no período, com: **Aposentadoria:** R\$ 3.409.357,51, sendo, **Pensão:** R\$ 359.946,06. Podemos chegar a conclusão que no mês 07/2025 ocorreu um déficit tanto nas contribuições frente aos benefícios quanto no total geral: **Receita de Contribuições – Benefícios: -R\$ 4.473.428,62; Receitas – Despesas: -R\$ 2.406.252,58.**

Quanto ao item 4: Segundo o Boletim da Caixa Econômica, em julho, nos Estados Unidos, os dados de atividade divulgados ao longo de junho indicaram que as vendas no varejo variaram +0,6% (M/M) em junho, revertendo a queda de -0,9% (M/M) registrada no mês anterior. A inflação medida pelo CPI variou +0,3% (M/M) em junho, após registrar +0,1% (M/M) em maio. No acumulado em 12 meses, o índice acelerou para 2,7% (A/A). Já a inflação pelo indicador PCE apresentou avanço de 0,3% (M/M) pelo terceiro mês consecutivo, com a taxa anualizada registrando 2,6% (A/A). No mercado de trabalho, a economia norte-americana criou 147 mil vagas líquidas de emprego não agrícola em junho, resultado acima da expectativa do mercado (+113 mil) e do número revisado de maio (144 mil). Quanto à política monetária, em julho o FOMC decidiu manter a taxa de juros inalterada no intervalo de 4,25% a 4,50% (A/A)*, decisão alinhada com as expectativas da CAIXA Asset Macro Research e do consenso de mercado. O comunicado indicou moderação na atividade econômica, um mercado de trabalho ainda sólido e inflação elevada. O Comitê reforçou sua postura dependente de dados e mostrou atenção aos riscos de ambos os lados do mandato dual. O impacto das tarifas implementadas pelo governo segue como uma fonte de incerteza. Na Zona do Euro, a produção industrial avançou 1,7% (M/M) em maio, revertendo a queda de 2,2% em abril e superando as expectativas (1,1%). Na comparação anual, o crescimento foi de 3,7% (A/A), ante alta de 0,2% no mês anterior. O volume de vendas do comércio varejista, no entanto, recuou 0,7% (M/M), após alta de 0,3% em abril. Em relação à inflação, a variação medida pelo CPI em junho acelerou para 2,0% (A/A), acima das expectativas do mercado. Entre os principais grupos, destacaram-se a aceleração nos preços do setor de serviços (3,3%) e a alta de 3,1% nos preços de alimentos, bebidas e tabaco. No front de Política Monetária, o BCE manteve inalteradas suas três taxas de juros diretores em sua reunião de julho, decisão em linha com as expectativas da CAIXA Asset Macro Research e do mercado. O BCE justificou a decisão com base na convergência da inflação para a meta de 2%, destacando a moderação no crescimento salarial e a redução das pressões

inflacionárias internas. O comunicado ressaltou o ambiente global incerto, com foco nas disputas comerciais — especialmente com os EUA — e no fortalecimento do euro, que pode afetar negativamente as exportações. Em maio, os dados de atividade mostraram um desempenho misto. O volume de vendas do varejo restrito recuou 0,2% (M/M), mantendo-se, no entanto, 9,8% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020). O setor de serviços registrou alta de 0,1% (M/M), enquanto a produção industrial diminuiu 0,5% (M/M). Com esse resultado, a produção industrial ficou 2,1% acima do patamar de fev/20, mas permanece 15% abaixo do pico da série histórica, registrado em maio de 2011. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego caiu de 6,2% em maio para 5,8% em junho. A taxa de participação manteve-se estável em 62,4%, indicando que a queda no desemprego decorreu de um aumento no número de pessoas ocupadas. No front de política fiscal, o Governo Federal apresentou um déficit primário de R\$ 44,3 bilhões em junho de 2025. A receita líquida totalizou R\$ 169,0 bilhões no mês (-0,1% em termos reais frente a jun/24), com destaque para o aumento na arrecadação do IOF (+40% A/A) e dos impostos sobre a renda (+7,5% A/A). Considerando o Setor Público Consolidado (Governo Federal, Estados, Municípios e empresas estatais), o déficit primário foi de R\$ 47,1 bilhões em junho, valor superior ao registrado no mesmo mês de 2024 (R\$ -40,9 bi). No acumulado dos últimos 12 meses, entretanto, o setor público manteve um superávit primário de R\$ 17,9 bilhões (equivalente a 0,15% do PIB). O IPCA de junho avançou 0,24% (M/M), registrando uma desaceleração frente ao mês anterior, porém ficando acima da projeção da CAIXA Asset (0,16%). Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses acelerou para 5,35%. A maior contribuição positiva partiu do grupo Habitação, impulsionado principalmente pela alta na energia elétrica residencial. Na divisão por monitoramento, os preços administrados subiram 0,60%, enquanto os preços livres avançaram 0,11%. A média dos núcleos de inflação apresentou comportamento misto: desacelerou na margem, para 0,29% (M/M) ante 0,31% em maio, mas acelerou na comparação interanual, indo de 5,19% para 5,26% (A/A). O índice de difusão (percentual de itens com alta) recuou para 53,6%, contra 59,7% no mês anterior. Já o IPCA-15 de julho (prévia da inflação cheia) acelerou para 0,33% (M/M), também superando a projeção da CAIXA Asset (0,27%), com a taxa em 12 meses subindo para 5,3%. Novamente, o grupo Habitação liderou as contribuições, seguido por Transportes. Os preços administrados subiram 0,53%, e os livres, 0,25%. Diferente do IPCA cheio, a média dos núcleos do IPCA-15 desacelerou, tanto na margem (de 0,31% para 0,3%) quanto na variação acumulada em 12 meses (de 5,09% para 5,05%). Em julho, foi publicada a ata da reunião do Copom. O Comitê manteve sua avaliação de um cenário externo adverso e incerto, com destaque para os desdobramentos da política econômica e comercial dos Estados Unidos e seus impactos globais. No cenário doméstico, o Copom observou moderação na atividade econômica, embora o mercado de trabalho continue dinâmico. O balanço de riscos manteve-se inalterado. O Comitê reforçou que o cenário atual exige a manutenção de uma política monetária contracionista por um período prolongado. Indicadores de Confiança e Inflação. Após uma queda em junho, a confiança do consumidor retomou em julho a

trajetória de alta iniciada em março, subindo 0,8% (M/M) e atingindo 86,7 pontos. No front da inflação, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de julho avançou 0,26% (M/M), com um acumulado em 12 meses de 5,23%. A Selic atual está 15,00% a.a. Próxima reunião do Copom será nos dias 16 e 17 de setembro de 2025.

Quanto ao item 5: Foi proposta à seguinte movimentação: Resgate de 5 milhões do fundo “Caixa Brasil Referenciado DI”, para aplicação no “Capital Protegido IBOV Cíclico Multimercado”. A aplicação no fundo “Capital Protegido” está dentro dos limites da PAI na carteira total, conforme DPIN. A aplicação se refere à recursos que foram resgatados de fundo com a mesma estratégia, administrado pela Caixa, e aplicados temporariamente no fundo Caixa DI para que a aprovação da aplicação fosse aprovada pelo Comitê. O objetivo é proporcionar rentabilidade por meio da aplicação em cotas de Fundos de Investimento que apliquem em carteira diversificada de ativos financeiros e instrumentos de derivativos, com parâmetros de rentabilidade atrelados ao índice Bovespa e oferecendo a proteção do capital. O fundo é estruturado para render 11% por ano durante 2 anos, porém com variação a mercado. A política do fundo é investir no mínimo 95% do patrimônio líquido do FUNDO em cotas de fundos de investimento que apliquem em carteiras composta por ativos financeiros indexados à taxas prefixadas, pós fixados e/ou atrelados a índices de preços visando proporcionar ao cotista rentabilidade proporcional a do Índice BOVESPA com a proteção do capital investido, durante os períodos de contratação de Operações Estruturadas. Após o final do prazo das Operações Estruturadas, proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteira composta por títulos públicos federais, estando exposto aos riscos das variações das taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas (SELIC/DI), índices de preços, commodities, variação cambial, ouro, preços das ações e/ou índices do mercado acionário e outros instrumentos de renda fixa e variável, não havendo, necessariamente, um fator de risco principal. A barreira de alta estimada é 61,60% de valorização do IBOVESPA no prazo do fundo. Na movimentação não há risco de crédito pois é um fundo de renda variável com estrutura de remuneração semelhantes aos fundos de renda fixa, por ser pré-fixado. O risco de mercado está atrelado a variação da bolsa, pois caso a valorização do IBOVESPA seja maior que os 61,6%, será pago os 22% prefixados no período de 2 anos. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". Há pequeno risco jurídico por mudanças regulatórias e eventuais problemas específicos da gestora. Não há risco sistêmico.

A movimentação foi aprovada por unanimidade. Foi proposta à seguinte movimentação: aplicação dos recursos a serem recebidos do COMPREV, de R\$ 192.000,00, no Fundo “Itau Institucional RF Referenciado DI”. Há risco de mercado pois o fundo pode conter crédito privado. Há risco de crédito pela mesma motivação: presença de créditos privados emitidos por bancos. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". Há pequeno risco jurídico por mudanças regulatórias e eventuais problemas específicos da gestora. Há risco sistêmico pois

o fundo contém títulos de crédito públicos e privados. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Foi proposta à seguinte movimentação: aplicação de R\$ 4.530.784,09 recebidos de cupons no fundo “Itau Institucional RF Referenciado DI”. Há risco de mercado pois o fundo pode conter crédito privado. Há risco de crédito pela mesma motivação: presença de créditos privados emitidos por bancos. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". Há pequeno risco jurídico por mudanças regulatórias e eventuais problemas específicos da gestora. Há risco sistêmico pois o fundo contém títulos de crédito públicos e privados. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.**

Registro, por fim, que o Comitê deliberou favoravelmente à consulta formal aberta pelo administrador do fundo “FIDC Premium” a respeito da alienação integral dos direitos creditórios que compõem a carteira do fundo. Registro que o IPREM foi citado no pólo passivo em processo, por meio de sentença arbitral de 2014, que trata do fundo “Conquest”. As empresas investidas, CIAFAL e CISAM, pleiteiam que os RPPSs cotistas do fundo façam aportes extraordinários para cobrir as despesas das empresas e alegam ter tido prejuízos no período. Porém os RPPSs, conforme norma da SPREV, são proibidos de fazer aportes em fundos que estão elencados na lista de fundos proibidos. Já existe ação no TRF-1 em que os responsáveis pelo fundo estão sendo processados criminalmente.

Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 18h00min. Foi lavrada por mim, André Albuquerque, a presente ata, assinada por todos os membros presentes do Comitê de Investimentos.

Daniel Ribeiro Vieira
Presidente

André Albuquerque
Membro

Eugenio Mozart Silva Filho
Membro

Evelyn de Sousa Faria
Membro

